

Tales Faria

Renan Santos cresce mais rápido do que o partido Missão esperava

Pré-candidato à Presidência da República pelo minúsculo partido Missão, Renan Santos apareceu nas pesquisas de opinião em novembro com apenas 2,4% das intenções de votos. Nos últimos levantamentos, já disputa espaço com veteranos como os ex-governadores de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), e de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo).

Especialistas atribuem seu desempenho ao foco na internet, campo que ele conhece bem desde quando fundou o Movimento Brasil Livre (MBL) e dos protestos pelo impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Por defender teses liberais radicais em tom elevado, costuma ser comparado a Pablo Marçal, o polêmico candidato a prefeito de São Paulo na eleição passada que acabou condenado pela Justiça eleitoral, assim como aos ex-presidentes Fernando Collor de Mello e Jair Bolsonaro, também condenados.

Único deputado de seu partido, Kim Kataguiri (SP) não aceita a comparação. Em entrevista à coluna, diz que Renan “é inteligente e honesto. Diferente destes”:

O Renan Santos, candidato do seu partido, o Missão, cresceu bastante nas pesquisas. Era essa a expectativa de crescimento de vocês? Ele chega ao segundo turno?

KIM KATAGUIRI: Se não vencer no primeiro, sim (risos). Estamos extremamente otimistas. Ele está crescendo mais rápido do que nós mesmos esperávamos. Acharmos que em 45 dias, no máximo, ele bate 10. Ai é movimento de onda.

Uma pergunta incômoda: ele não está meio Pablo Marçal?

KIM KATAGUIRI: Em que sentido? Meio sensacionalista, meio outsider.

KIM KATAGUIRI: Outsider, sim. Sensacionalista, não.

Você não teme os outsiders? Collor, Bolsonaro, etc.

KIM KATAGUIRI: Renan é inteligente e honesto. Diferente destes.

O conhece há muito tempo? Como foi?

KIM KATAGUIRI: Ele fundou MBL (Movimento Brasil Livre) comigo. São 12 anos juntos já. **Então você não o considera nem um pouco parecido com o Pablo Marçal? Qual seria a diferença básica?**

KIM KATAGUIRI: Ele tem um projeto, um rumo que ele quer colocar o Brasil pra seguir. Marçal queria o poder e depois descobriria o que fazer com ele. E Renan não é picareta nem populista.

Como ele se comportará nos debates? É provocador?

KIM KATAGUIRI: Vai ser duro, incisivo e propositivo. Ora vai bater em escândalo de corrupção, ora vai falar de fusão de município e lei de responsabilidade gerencial.

Marçal conseguiu tirar o Datena do sério. O que não é muito difícil. Ele conseguiria?

KIM KATAGUIRI: Ele não precisa tirar ninguém do sério, só mostrar superioridade cognitiva. O que não é muito difícil (risos).

Mesmo com Lula e Flávio Bolsonaro?

KIM KATAGUIRI: Lula está fora de forma e Flávio nunca esteve em forma.

Consegue definir como ele é?

KIM KATAGUIRI: Renan é como eu: não está preocupado com a vida terrena. Está preocupado em como será lembrado depois de morrer.

E como você acha que será lembrado depois?

KIM KATAGUIRI: Não sei, só trabalho pra que seja a melhor e mais positiva imagem possível. Talvez por vir a participar de algo tão grande quanto um plano real da vida.

Fernando Molica

Entender não é perdoar, doutora

Ao citar os “moldes patriarcais” da sociedade para justificar seu perdão a Monique Medeiros, mãe do menino Henry Borel, a juíza Elizabeth Machado Louro confundiu compreensão com perdão.

É possível entender o que leva alguém a cometer um crime ou algum outro tipo de ofensa grave. Por mais desatinados que sejam os atos, todos pertencem ao imprevisível e ilimitado repertório humano, há sempre uma lógica por trás de gestos desprezíveis, cruéis, genocidas, bárbaros, inconcebíveis.

Buscar entender absurdos é talvez a mais relevante possibilidade da literatura. Diferenças culturais relacionadas à religião, à etnia, ao gênero, à geografia, à história — pessoal ou coletiva — ajudam a compreender crimes que marcam a história da humanidade.

Foi e é assim que o povo A odeia e busca eliminar o B — e vice-versa —, que um homem ou mulher que se julga traído decida eliminar quem lhe causou tamanha dor. É possível entender as razões de Raskolnikóv, de “Crime e castigo”, romance de Dostoiévski. O conto “O cobrador”, de Rubem Fonseca, revela o ódio que move um assassino que busca obter o que lhe foi negado. Mas seria impensável não punir esses dois protagonistas.

Os melhores livros, filmes e peças são os que indicam a razão do outro; nos ajudam a ver diferenças, nuances, alternativas fora do senso comum — até porque o que é comum a um grupo com frequência é estranho a outra comunidade. Aprender a ver o mundo também com olhos que não são os nossos representa um exercício de humanidade, de construção de entendimentos.

Essa compreensão até justifica a não punição de um crime. Outro dia, o 2º Tribunal do Júri de Belo Horizonte (MG) absolveu uma mulher que mutilara e matara o homem que estuprara sua filha de 11 anos. Mas este caso é uma exceção. Por mais óbvio que seja reconhecer as injustiças e as desigualdades brasileiras e o papel que exercem no estímulo à revolta e à criminalidade, não seria razoável absolver todos os que alegam dificuldades financeiras para justificar roubos e assaltos.

No caso de Monique, a magistrada acertou ao enumerar fatos relacionados ao machismo e ao criticar a perfeição cobrada das mães. Mas bateu errado o martelo ao dizer que “fosse o pai, e não a mãe, na mesma situação, nem sequer teria sido ele processado” — trata-se de uma especulação incompatível com um tribunal.

Ao condenar a pressão exercida contra a ré, a juíza frisou que ela sofrera “perseguição implacável” e “franco massacre”. É inegável que, na era das redes sociais, o justicamento virtual se tornou incontrolável, capaz de produzir tragédias — uma regulamentação que puna a irresponsabilidade é mais do que necessária.

Mas, no caso julgado, a vítima de perseguição implacável e de franco massacre foi Henry, de quatro anos. Um menino alvo de frequentes agressões por parte do padrasto, o então vereador Jairo de Souza Santos Junior e que não contou com a proteção, por imperfeita que fosse, da própria mãe. Suas limitações podem ser compreendidas, mas não são perdoáveis.

EDITORIAL

Prudência e cautela do Ministério da Saúde

A recente decisão do Ministério da Saúde de suspender temporariamente a aplicação da vacina contra a dengue desenvolvida pelo Instituto Butantan (Butantan-DV) é um teste de maturidade para a saúde pública e para a opinião pública brasileira. O anúncio, motivado pelo registro de 42 casos de reações adversas graves inesperadas e dois óbitos em um universo de 500 mil doses aplicadas, não deve ser interpretado como um atestado de fracasso do imunizante, mas como a prova de que os mecanismos de controle e a farmacovigilância no país funcionam com o rigor que a segurança da população exige.

Diante do atual cenário epidemiológico da dengue, interromper a distribuição da primeira vacina de dose única totalmente nacional é uma medida amarga e complexa. No entanto, o papel das autoridades sanitárias e de órgãos reguladores como a Anvisa vai além de disponibilizar soluções rápidas: sua missão primordial é garantir que o remédio não se torne um risco inaceitável. A detecção de um sinal de alarme, representando meros 0,008% dos vacinados, demonstra a sensibilidade do sistema em identificar anomalias que escaparam aos robustos testes clínicos prévios, realizados com 16 mil voluntá-

rios ao longo de cinco anos.

O momento exige prudência absoluta. Estabelecer um nexo de causalidade definitivo entre o imunizante de vírus atenuado e as mortes registradas — uma mulher de 48 anos e um homem de 58 anos que evoluíram para quadros de dengue grave — é uma tarefa complexa que demanda profunda investigação científica. Hipóteses como falha vacinal ou reações imunológicas atípicas estão na mesa. Até que as respostas surjam de forma transparente, a suspensão preventiva protege vidas e preserva a integridade do próprio Programa Nacional de Imunizações (PNI).

O maior perigo colateral desta pausa estratégica é a nução que ela oferece ao discurso anticientífico e ao ceticismo vacinal, que há anos ameaçam coberturas imunológicas no Brasil. Combater essa desinformação exige clareza pedagógica do governo e do Butantan. Explicar que a vigilância ativa pós-comercialização é uma rotina padrão na medicina global não fragiliza a ciência. Pelo contrário, reforça sua confiabilidade. A decisão de suspender é um ato de responsabilidade que demonstra que, no SUS, a segurança do cidadão está sempre acima de qualquer pressão política ou pressa institucional.

Opinião do leitor

Solidariedade

Estamos sofrendo com essa semana gelada em vários estados com essa onda de frio. Se estamos sentindo frio mesmo agasalhados e dentro de casa, imagine os moradores de rua. Todos nós temos algum agasalho ou cobertor que não usamos no armário. Vamos doar porque muita gente está nas ruas precisando.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.